

Direito penal e cidadania

Parâmetros para um código penal responsável

ALEXIS COUTO DE BRITO

org.

 Mack
Pesquisa

 Editora
Mackenzie

Direito penal e cidadania

Parâmetros para um
código penal responsável

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Reitor: Benedito Guimarães Aguiar Neto

Vice-reitor: Marco Tullio de Castro Vasconcelos

EDITORA MACKENZIE

Coordenador: Roberto Borges Kerr

Conselho Editorial

Carlos Guilherme Santos Seroa da Mota

Elizeu Coutinho de Macedo

Helena Bonito Pereira

João Baptista Borges Pereira

Jônatas Abdias de Macedo

José Francisco Siqueira Neto

José Paulo Fernandes Júnior

Karl Heinz Kienitz

Luciano Silva

Marcel Mendes

Vladimir Fernandes Maciel

Coleção Direito Mackenzie

Diretor: José Francisco Siqueira Neto

Direito penal e cidadania
Parâmetros para um
código penal responsável

Alexis Couto de Brito (org.)



Editora
Mackenzie



Mack
Pesquisa

Copyright © 2019 Alexis Couto de Brito

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio
ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

Coleção Direito Mackenzie, v. 9

Coordenação editorial Andréia Ferreira Cominetti e Irina Migliari

Capa Maria Luiza Vanz

Projeto gráfico Irina Migliari

Diagramação Libro Comunicação

Copidesque Alessandra Biral

Revisão Andréia Ferreira Cominetti

Estagiários editoriais Paula Vavlis, Raquel Espin e Tito Campos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito penal e cidadania : parâmetros para um código penal
responsável / Alexis Couto de Brito organizador. – São Paulo :
Editora Mackenzie, 2019.
376 p. : il. ; 23 cm. – (Coleção Direito Mackenzie ; v. 9).

Inclui referências bibliográficas.
ISBN 978-85-8293-990-1

1. Direito penal. 2. Projetos de lei. 3. Estado de direito. 4. Direito
comparado. 5. Brasil. 6. Espanha. I. Brito, Alexis Couto de, *organizador*.
II. Série.

CDD 345

Bibliotecária Responsável: Eliana Barboza de Oliveira Silva – CRB 8/8925

Editora Mackenzie

Rua da Consolação, 930

Edifício João Calvino

São Paulo – SP – CEP 01302-907

Tel.: (5511) 2114-8774

editora@mackenzie.br

www.mackenzie.br/editora/

Editora afiliada:



Sumário

Apresentação	7
Estudos referenciais	
Aproximación a las reformas penales en Brasil y España JUAN CARLOS FERRÉ OLIVÉ	11
A omissão imprópria no contexto da ciência penal CLÁUDIO BRANDÃO	29
La responsabilidad penal de las personas jurídicas. Especial referencia a la situación en Brasil FERNANDO NAVARRO CARDOSO	47
A relação entre a Parte Geral e a Parte Especial do Projeto de Lei do Senado (PLS 236/12) GUSTAVO DE OLIVEIRA QUANDT	67
Estudos centrais	
Natureza e regime de cumprimento de pena BÁRBARA LÍVIO	91
Erro no Direito Penal – Considerações para o código vigente e o projeto de novo código DÍMITRI MOLINA FLORES E STÉPHANIE HAVIR DE ALMEIDA	115

Individualização da pena: uma análise ao anteprojeto do novo código penal	153
EMERSON DE MELLO SOARES	
Concurso de pessoas	167
FERNANDA ROCHA MARTINS QUINTÃO	
Da relevância da omissão – Análise e crítica ao art. 17, do projeto de Lei n. 236/2012	205
ITAMAR PRUDÊNCIO	
Reflexões críticas sobre os arts. 41 a 44 do Projeto de Lei do Senado n. 236, de 2012 (Novo Código Penal) Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	233
JAIRTON FERRAZ JÚNIOR	
Relação de causalidade e imputação – Sugestões e críticas sobre o PL n. 236/2012	257
JENIFER MORAES	
Inimputabilidade, medidas de segurança e superveniência de doença mental no vigente código penal e no PLS n. 236/2012	283
JÉSSICA PASCOAL SANTOS ALMEIDA	
Concurso de crimes no projeto de novo código penal – Análise crítica e sugestões	309
ORLY KIBRIT	
Teorias sobre o dolo e proposta para um novo código penal	327
RODRIGO PARDAL	
Da tentativa no projeto do novo código penal (PLS n. 236/2012)	359
WERNER ENGBRUCH	

Apresentação

Este texto apresentado aos leitores é o resultado de um projeto de pesquisa financiado pelo MackPesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie que teve por objetivo analisar alguns dos principais pontos do projeto de lei que pretende alterar o cenário legislativo penal e introduzir um novo código penal para o Brasil.

A intenção legislativa é louvável porquanto o atual código penal data de 1940, com alterações posteriores, mas que talvez não tenham conseguido manter uma sistemática adequada e, por isso, proporcionam muitas incongruências e contradições. Além da natural dinâmica social que impõe a revogação de certos tipos e a criação de outros, a parte geral que data de 1984 também apresenta pontos que, se à época significavam uma inovação teórica, atualmente mais prejudicam do que auxiliam na construção e aplicação de um sistema dogmático coerente e prático.

O projeto teve por objetivo justamente analisar até que ponto o projeto de lei significa uma inovação e melhoria da atual legislação, porquanto foi e tem sido objeto de muitas críticas de valiosa parte da doutrina, nesse sentido, temas de parte geral ligados à teoria do delito e da pena.

Para tanto, foram utilizados nos estudos não só o Projeto de Lei n. 236/2012, mas também os projetos anteriores de Técio Lins e Silva e de Luís Vicente Cernicchiaro, além de outros códigos penais vigentes que, como o nosso, têm forte influência da dogmática continental germânica.

A pesquisa foi elaborada em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Huelva (Espanha), com a participação de seu catedrático de Direito Penal Dr. Juan Carlos Ferré Olivé, e com a Faculdade Damas de Educação Cristã de Recife, com a participação do Professor Dr. Claudio Brandão. Contamos, ainda, com as valiosas contribuições dos professores Dr. Fernando Navarro Cardoso e Gustavo Quandt, que participaram do encontro promovido pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em que

alunos e professores, bem como sociedade civil, discutiram as conclusões e sugestões produzidas pela pesquisa.

Esperamos que o produto final que ora se apresenta possa contribuir ao debate e influenciar o legislador na elaboração de um código penal lúcido e responsável, que, sobretudo, mantenha em seu espírito uma política criminal democrática de *ultima ratio*, a única admitida em nosso Estado de Direito.

Alexis Couto de Brito

Organizador

A presente obra é resultado da pesquisa desenvolvida por integrantes do grupo Modernas Tendências da Teoria do Delito, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP), sobre o Projeto de Lei n. 236/2012 – proposta de alteração do Código Penal – visando a uma diagnose de suas vulnerabilidades, bem como a proposição de sugestões para o aperfeiçoamento do atual Código Penal.

Os autores trabalharam os pontos fulcrais do anteprojeto, e, sob um olhar crítico, buscaram identificar e combater suas deficiências. Cada capítulo refere-se ao estudo de um tema específico, desenvolvendo-se pelo confronto do Projeto de Lei n. 236/2012 com anteprojeto de lei predecessores e códigos penais estrangeiros.

No âmbito nacional, analisaram-se os anteprojeto de Técio Lins e Silva e Luís Vicente Cernicchiaro, assim como o atual Código Penal. No âmbito internacional, utilizaram-se os códigos alemão, espanhol, português, equatoriano e colombiano.

A partir do confronto legislativo e com base na doutrina abalizada, teceram-se críticas a algumas proposições, com a ulterior formulação de propostas de redação legal. Entre os temas eleitos estão a relevância da omissão, a relação de causalidade, o dolo, o erro, o concurso de pessoas, a tentativa e a individualização da pena.

A importância deste estudo deriva-se da necessidade do debate ante uma modificação legislativa tão essencial quanto a atualização integral do Código Penal brasileiro. Dessa forma, incumbe à Academia a função de refletir, apontar eventuais problemas e, assim, contribuir para o desenvolvimento de um código dogmaticamente responsável.



Editora
Mackenzie



Mack
Pesquisa

